

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração na Apelação nº 189905-2	5ª Vara Cível da Comarca de Recife
Embargante: TELEMAR – TELE NORTE LESTE S/A	
Embargadas: EDIENILZA PINHEIRO LOPES HIGA, MONALISA PINHEIRO HIGA e TELEMENSAGEM PRODUÇÕES LTDA.	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REDISCUSSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

- Não há como transformar um recurso integrativo em verdadeira peça recursal com poder cognitivo amplo, capaz de alterar as questões de direito já decididas, visando a sua rediscussão por meio de um recurso que não se destina a tal finalidade. Precedentes do STJ.
- Embargos rejeitados à unanimidade.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este Recurso de Embargos de Declaração nos autos da Apelação nº 189905-2, que tem como Embargante **TELEMAR – TELE NORTE LESTE S/A**, e, como Embargadas, **EDIENILZA PINHEIRO LOPES HIGA, MONALISA PINHEIRO HIGA e TELEMENSAGEM PRODUÇÕES LTDA.**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes embargos, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 23 de setembro de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração na Apelação nº 189905-2	5ª Vara Cível da Comarca de Recife
Embargante: TELEMAR – TELE NORTE LESTE S/A	
Embargadas: EDIENILZA PINHEIRO LOPES HIGA, MONALISA PINHEIRO HIGA e TELEMENSAGEM PRODUÇÕES LTDA.	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

RELATÓRIO/VOTO

TELEMAR – TELE NORTE LESTE S/A, já devidamente qualificada nos autos, opôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** (fls. 901/908), com efeitos infringentes, em face do acórdão lavrado no julgamento da Apelação nº 189905-2 (fl. 884), alegando a necessidade de retificação da mencionada decisão, cuja ementa se transcreve abaixo:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. AMPLITUDE PROBATÓRIA E INÉRCIA DA PARTE ADVERSA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM. NECESSIDADE DE REDUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS DE FORMA RAZOÁVEL. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO UNÂNIME.

- Segundo o Superior Tribunal de Justiça, não ocorre julgamento *extra petita* “quando o provimento jurisdicional representar decorrência lógica do pedido, compreendido como “aquilo que se pretende com a instauração da demanda e se extrai a partir de uma interpretação lógico-sistemática do afirmado na petição inicial, recolhendo todos os requerimentos feitos em seu corpo, e não só aqueles constantes em capítulo especial ou sob a rubrica ‘dos pedidos’”. Precedente.

- Desincumbindo-se o autor do ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito, utilizando-se da amplitude probatória autorizada pelo art. 332, do Código de Processo Civil, e quedando-se a parte adversa inerte quanto à produção de prova quanto aos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, é possível reconhecer a configuração dos danos materiais alegados, deixando-se a determinação do seu valor para a fase de liquidação.

- Embora seja entendimento assente que, em tese, o inadimplemento contratual não gera danos morais, a regra pode ser excepcionada quando essa situação provocar angústia e aflição extraordinárias à pessoa física, e quando acarretar abalo à imagem da pessoa jurídica. Precedentes.

- No arbitramento do *quantum* indenizatório, devem ser observadas as circunstâncias fáticas do caso, levando-se em consideração o grau de culpa, o nível socioeconômico das partes e as repercussões do evento danoso.

- Indenização reduzida para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por cada pessoa física lesada.

- Precedentes do STJ.

Sustenta a recorrente, em síntese, que o acórdão questionado incorreu em omissão e obscuridade, argumentando a ilegitimidade ativa das pessoas físicas autoras e a ausência de situação excepcional que justifique o reconhecimento dos danos morais. Requer, ao final, que sejam sanados os referidos vícios (art. 535, I, e II, do CPC), reformando-se o julgado.

Em contrarrazões, as recorridas pugnaram pela manutenção integral do acórdão embargado, com a condenação da recorrente à multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil (fls. 941/948).

É o relatório.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta (art. 85, "d", RITJPE), apresento-o em mesa para julgamento.

No que concerne às matérias levantadas pela embargante, verifico que a alegação de ilegitimidade ativa das pessoas físicas autoras foi expressamente apreciada, e rejeitada, pelo magistrado de primeiro grau na sentença (fls. 761/762), não tendo havido insurgência recursal da embargante nesse ponto. Inobstante, no julgamento do apelo, foram enfatizadas as razões pelas quais se considerou que, na situação em comento, também as pessoas físicas autoras da presente ação foram lesadas pelo descumprimento do contrato celebrado entre a embargante e a pessoa jurídica embargada, sendo, por isso, vítimas de danos morais.

Com efeito, confira-se:

"Sobre os danos morais, é entendimento assente que, em tese, não se configuram na hipótese de inadimplemento contratual, mas a regra pode ser excepcionada quando essa situação provocar angústia e aflição extraordinárias à pessoa física, que não se confundem com um mero aborrecimento do cotidiano, ou, ainda, quando acarretar abalo à imagem da pessoa jurídica. No caso, tenho que esses contornos restaram satisfatoriamente evidenciados, haja vista que a inadimplência persistente da recorrente provocou sérios transtornos às recorridas, que, em consequência do não recebimento dos pagamentos esperados, não conseguiram adimplir os débitos contraídos, chegando a serem inscritas em cadastro de inadimplentes.

Ademais, a rescisão unilateral, pela apelante, deu-se de forma abrupta, sem aviso prévio, mediante a inviabilização do funcionamento dos serviços da empresa apelada, frustrando de modo desleal e inesperado, portanto, legítimas expectativas, em afronta ao princípio da boa-fé objetiva, que deve nortear a interpretação dos negócios jurídicos, e ser guardada pelos contratantes em todas as fases do contrato, da execução à sua conclusão" (fls. 888/889 – grifo nosso).

Assim, basta uma leitura perfunctória do julgado recorrido para perceber que toda a matéria suscitada foi satisfatoriamente debatida pelo órgão colegiado, evidenciando-se, portanto, que o presente recurso trilha o mesmo caminho de seus antecessores, ou seja, a embargante persiste em sua tese primária, reforçando os argumentos anteriormente levantados, na tentativa de que, nesta oportunidade, sejam reexaminados e acolhidos.

Todavia, não há como se transformar um *recurso integrativo* em verdadeira *peça recursal com poder cognitivo amplo* capaz de alterar as questões de direito já decididas, visando a sua rediscussão por meio de um recurso que não se destina a tal finalidade, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça abaixo colacionado:

PROCESSUAL CIVIL. COISA JULGADA. LIMITES. PARTE DISPOSITIVA. MOTIVOS E FUNDAMENTOS NÃO ALCANÇADOS. ART. 469, I, DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AUSÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos, mormente quando o ponto fulcral da controvérsia reside na insatisfação do embargante com o deslinde da controvérsia.

II - O julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, competindo-lhe, apenas, indicar a fundamentação adequada ao deslinde da controvérsia, observadas as peculiaridades do caso concreto, como ocorreu in casu, não havendo qualquer omissão no julgado embargado.

III - Inviável a utilização dos embargos de declaração, sob a alegação de pretensa omissão, quando a pretensão almeja – em verdade – reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada.

IV - Consoante entendimento consolidado por este e. STJ, nos termos do art. 469, I, do Código de Processo Civil, somente o dispositivo da decisão judicial faz coisa julgada, e não os motivos e fundamentos do decisum. Nesse sentido: REsp 968384/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 27/2/2009).

V - Embargos de declaração rejeitados.

(STJ - EDcl no AgRg no Ag 1238609 / RJ; Relator Ministro GILSON DIPP (1111); T5 - QUINTA TURMA; DJe 17/12/2010).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA GUIA DE PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS. VÍCIO INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração não se prestam ao inconformismo das partes, que repisam os argumentos anteriormente levantados e não acolhidos, circunstância que não indica a existência de omissão, contradição ou obscuridade no decisum, e nem mesmo a existência de erro material.

2. O magistrado não está obrigado rebater um a um, os argumentos aduzidos pelas partes, bastando expor as razões de fato e direito que o conduziram ao seu convencimento.

3. Não se viabiliza por meio de embargos de declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação da competência confiada por excelência ao Supremo Tribunal Federal.

4. Embargos declaratórios rejeitados.

(STJ - EDcl no AgRg no Ag 1141439 / PA; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); T3 - TERCEIRA TURMA; DJe 10/11/2009).

Por fim, considero que a embargante, ao apresentar recurso legalmente previsto, apenas exercitou um direito processual que lhe é conferido, o que não pode ser interpretado como propósito manifestamente protelatório, motivo pelo qual não se justifica a imposição da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, requerida pelas embargadas, alertando-se, contudo, que o exercício regular do direito de recurso não deve ser confundido com a reiteração de recursos integrativos destituídos de fundamento.

Ante o exposto, em face da inexistência de vício no decisório combatido e da consequente ausência de qualquer um dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes embargos de declaração, mantendo incólume o decisório prolatado na Apelação nº 189905-2.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator